

Audiência Pública sobre Necessidade de um Novo Marco Legal para a Comunicação no País

**Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e
Informática - CCT**

15 Dezembro, 2010



REPRESENTA TODAS AS PRESTADORAS DO STFC E DO SMP

ASSOCIADAS



Posição da Telebrasil na 1ª CONFECOM

- **Adaptar os atuais Marco Legal e Regulatório às novas necessidades da sociedade e do Estado Brasileiro (A);**
- **Estabelecer políticas e incentivos para o uso intensivo de soluções com TICs para a universalização dos serviços do Estado (A);**
- **Estabelecer legislação moderna que estimule a prestação de serviços integrados de comunicações, assegurando o papel regulador do Estado, por meio de uma agência estruturada para atuar em um ambiente convergente (A);**
- **Reconhecimento dos serviços de comunicações como essenciais para o desenvolvimento nacional (NA);**
- **Adoção de tributação coerente com sua essencialidade; (NA)**
- **Fomento à produção nacional e regional de conteúdos, soluções e aplicações (A);**

Sinditelebrasil e um Novo Marco Legal para as Comunicações Visão Macro

- **Compromisso com a estabilidade do marco legal e regulatório;**
- **Ambiente de negócios no Brasil se constituiu em fator crítico para os êxitos obtidos.**
- **O Brasil se tornou, de forma geral, um país estável, previsível e, por consequência, confiável.**
- **Preservar esse tipo de ambiente com a atualização do marco legal e regulatório de forma coerente com a dimensão e importância que o setor tem na economia e na sociedade brasileira de hoje.**

Sinditelebrasil e um Novo Marco Legal para as Comunicações

Visão Macro



Uma Visão Micro sobre um Novo Marco Legal e Regulatório

- **Remoção de barreiras regulatórias/legais para obtenção de outorgas de TV a Cabo;**
- **Efetiva adoção de regime de liberdade tarifária e de preços nos mercados de competição;**
- **Flexibilização das metas de abrangência nos mercados de competição.**